

Rendimento e Condições de Vida

2013

Dia Internacional da Erradicação da Pobreza

Por ocasião da comemoração do Dia Internacional da Erradicação da Pobreza (17 de outubro), o INE apresenta os resultados definitivos do Inquérito às Condições de Vida e Rendimento realizado em 2013, sobre rendimentos de 2012, privilegiando uma análise sobre a condição particular da população infantil.

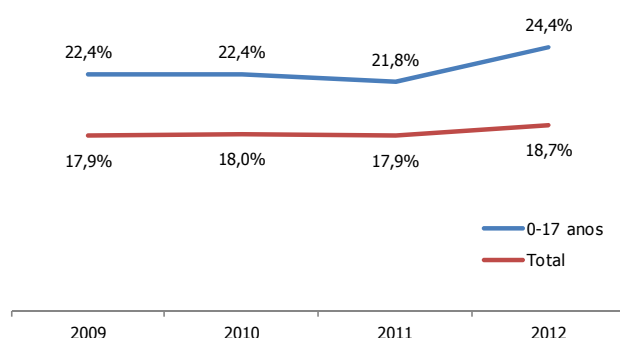
De acordo com este inquérito, 18,7% das pessoas estavam em risco de pobreza em 2012, o valor mais elevado no período iniciado em 2009. Nesse ano acentuou-se sobretudo a tendência de crescimento do risco de pobreza para as/os menores de 18 anos (24,4%, valor superior em 2,6 p.p. ao verificado em 2011). A tendência para o risco de pobreza na população infantil ser superior ao da restante população é comum ao observado para a União Europeia (UE27), mas a distância entre as famílias com crianças dependentes residentes em Portugal e a média registada para o mesmo tipo de famílias na UE27, tem vindo a aumentar.

As crianças¹, grupo populacional com riscos de pobreza ou exclusão social superiores aos da população em geral desde 2010, foram as mais afetadas pelo aumento da pobreza ou exclusão social (mais 3,8 p.p. entre 2012 e 2013).

O risco de pobreza para as crianças diminuía com o aumento do nível de escolaridade completado pelos pais, sendo de 37,5% para aquelas com pais que não tinham completado pelo menos o ensino secundário, de 14,1% quando os pais concluíram o ensino secundário ou pós-secundário (não superior) e de 4,1% quando os pais possuíam habilitações académicas de nível superior. Esta condição está alinhada com o facto de, em média, o risco de pobreza para a população adulta diminuir com o aumento do nível de escolaridade. O risco de pobreza para quem possuía habilitações ao nível do ensino secundário ou superior é cerca de metade do risco enfrentado por alguém que detém habilitações académicas inferiores ao ensino secundário.

¹ População com menos de 18 anos.

**Taxa de risco de pobreza, Portugal,
EU-SILC 2010-2013**



Acentuou-se o crescimento da taxa de risco de pobreza das crianças

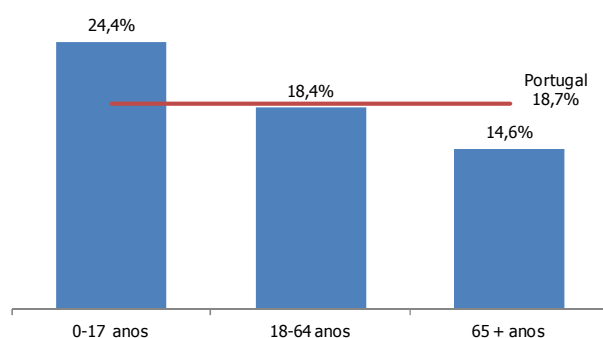
O Inquérito às Condições de Vida e Rendimento (EU-SILC), realizado em 2013 sobre rendimentos do ano anterior, indica que 18,7% das pessoas estavam em risco de pobreza em 2012, o valor mais elevado no período iniciado em 2009 (entre 2009 e 2011 o risco de pobreza afetava, em média, cerca de 17,9% da população residente).

De acordo com os resultados definitivos deste inquérito, a mediana do rendimento monetário líquido por adulto equivalente registou um decréscimo nominal de 1,8% entre 2011 e 2012. Consequentemente, o limiar, ou linha de pobreza relativa (que corresponde a 60% da mediana da distribuição dos rendimentos monetários líquidos equivalentes) reduziu-se de 4 994 euros para 4 902 euros, ou seja, de 416 euros para 408 euros em termos mensais.

Ainda que em menor grau, também a tendência de crescimento do risco de pobreza para a população em idade ativa se acentuou em 2012 (18,4%, valor superior em 1,5 p.p. ao verificado em 2011 e superior em 2,7 p.p. ao verificado em 2009).

Ao contrário, a taxa de risco de pobreza para a população idosa, 14,6% em 2012, manteve a tendência decrescente apresentada na série para este indicador (inferior em 6,4 p.p. ao valor de 2009 e menos 14,3 p.p. desde 2003).

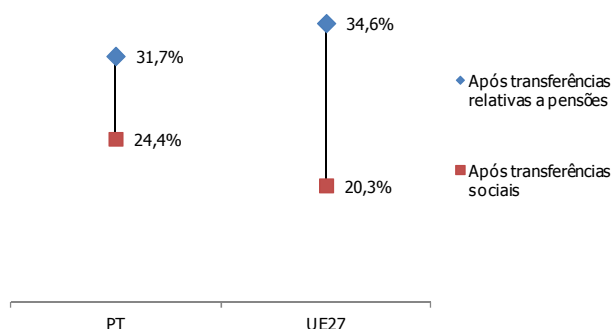
**Taxa de risco de pobreza segundo o grupo etário, Portugal,
EU-SILC 2013**



A tendência para o risco de pobreza na população infantil ser superior ao da restante população é comum ao observado para a média da União Europeia (UE27): em 2012, 20,3% das/dos menores de 18 anos encontravam-se em famílias em risco de pobreza o que compara com um risco de pobreza de 16,6% para o total da população. Na UE27 o efeito da inclusão das transferências sociais, relacionadas com a doença e incapacidade, família, desemprego e inclusão social traduziu-se em menos 14,3 p.p. na taxa de risco de pobreza observada para a população infantil em 2012. Em Portugal, no mesmo ano, estas transferências sociais contribuíram em 7,3 p.p. para a redução do risco de pobreza das/dos menores.

A tendência de crescimento da taxa de risco de pobreza para as/os menores de 18 anos acentuou-se em 2012 (24,4%, valor superior em 2,6 p.p. ao verificado em 2011), num cenário retrospectivo a 2009 em que o risco de pobreza para as crianças é sempre superior ao do resto da população.

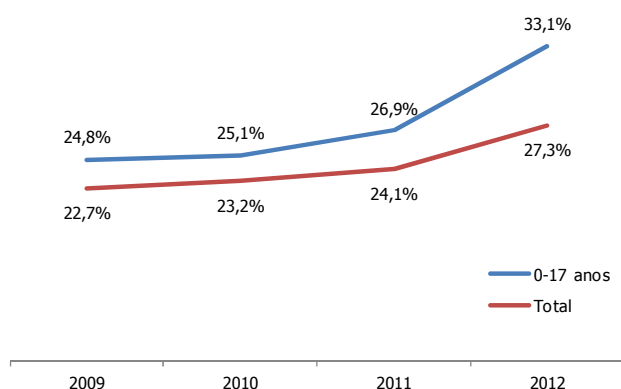
Taxa de risco de pobreza após transferências sociais e após transferências relativas a pensões dos 0 aos 17 anos, Portugal e UE27, EU-SILC 2013



Agravou-se a insuficiência de recursos da população em risco de pobreza

A taxa de intensidade da pobreza, que mede em termos percentuais a insuficiência de recursos da população em risco de pobreza, foi de 27,3% em 2012, registando-se um agravamento de 3,3 p.p. face ao défice de recursos registado em 2011 (24,1%) e de 4,6 p.p. relativamente a 2009. O valor de 2012 reflete ainda um agravamento considerável do distanciamento para a média na UE27, que tem registado valores estáveis, entre 23,4% em 2009 e 23,8% em 2012.

Taxa de intensidade da pobreza, Portugal, EU-SILC 2010-2013



A intensidade da pobreza para a população infantil - em 2012 superior em 5,7 p.p. à verificada para o total da população - registou um aumento de 6,2 p.p. comparativamente a 2011 (33,1% e 26,9%,

respetivamente) e de 8,3 p.p. relativamente ao valor estimado para 2009. Na UE27 a taxa de intensidade da pobreza para a população infantil foi de 25,2% em 2012.

Em Portugal o risco de pobreza das famílias com crianças dependentes é superior à média da UE27

Nos últimos anos tem vindo a agravar-se o risco de pobreza dos agregados com crianças dependentes (19,1% em 2009 e 22,2% em 2012), ao contrário da condição dos agregados sem crianças dependentes que tem vindo a revelar uma ligeira melhoria (16,5% em 2009 e 15,0% em 2012).

Taxa de risco de pobreza (60% da mediana) após transferências sociais, por composição do agregado familiar, Portugal, EU-SILC 2010-2013

Unidade: %

Ano de referência dos dados	2009	2010	2011	2012
Total, sem crianças dependentes	16,5	15,8	15,2	15,0
Total, com crianças dependentes	19,1	20,1	20,5	22,2
1 adulto c/ pelo menos 1 criança	37,0	27,9	30,7	33,1
2 adultos com 1 criança	12,6	15,6	16,2	16,0
2 adultos com 2 crianças	17,1	19,8	17,0	19,8
2 adultos com 3 + crianças	33,2	34,5	41,2	40,4
Outros agregados, com crianças	20,7	19,5	22,5	23,8

EU-SILC	2010	2011	2012	2013
Total, sem crianças dependentes	16,5	15,8	15,2	15,0
Total, com crianças dependentes	19,1	20,1	20,5	22,2

Nota: são consideradas "crianças dependentes" todos os indivíduos com menos de 18 anos, bem como os indivíduos entre 18 e 24 anos economicamente dependentes.

EU-SILC: Inquérito às Condições de Vida e Rendimento

A comparação com os dados mais recentes (2012) disponíveis para a UE27, permite concluir que tem vindo a aumentar a distância entre as famílias com crianças dependentes residentes em Portugal e a média registada para o mesmo tipo de famílias na UE27 (0,7 p.p. em 2009 e 3,5 p.p. em 2012).

Taxa de risco de pobreza (60% da mediana) após transferências sociais, por composição do agregado familiar, UE27, EU-SILC 2010-2013

Unidade: %				
Ano de referência dos dados	2009	2010	2011	2012(*E)
Total, sem crianças dependentes	14,4	15,0	14,9	14,6
Total, com crianças dependentes	18,4	18,7	18,9	18,7
1 adulto c/ pelo menos 1 criança	36,7	34,6	33,4	31,8
2 adultos com 1 criança	11,8	12,6	13,2	12,8
2 adultos com 2 crianças	14,8	15,7	15,2	14,2
2 adultos com 3 + crianças	26,3	25,4	25,5	26,8
Outros agregados, com crianças	18,3	19,5	20,9	21,6
EU-SILC	2010	2011	2012	2013(*E)

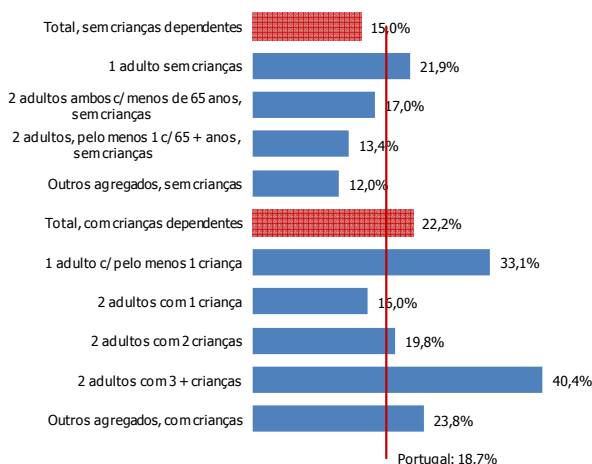
*E - Dado estimado pelo Eurostat

Nota: são consideradas "crianças dependentes" todos os indivíduos com menos de 18 anos, bem como os indivíduos entre 18 e 24 anos economicamente dependentes.

Eurostat, EU-SILC

Em Portugal, tal como na UE27, os agregados com crianças dependentes mais afetados pelo risco de pobreza têm sido, consistentemente, os agregados compostos por dois adultos com três ou mais crianças e por um adulto com pelo menos uma criança dependente. No país, a situação em termos de risco de pobreza destes agregados, em 2012, foi estimada em 33,1% para os agregados constituídos por um adulto com pelo menos uma criança dependente e em 40,4% quando constituídos por dois adultos com três ou mais crianças.

Taxa de risco de pobreza segundo a composição do agregado familiar, Portugal, EU-SILC 2013

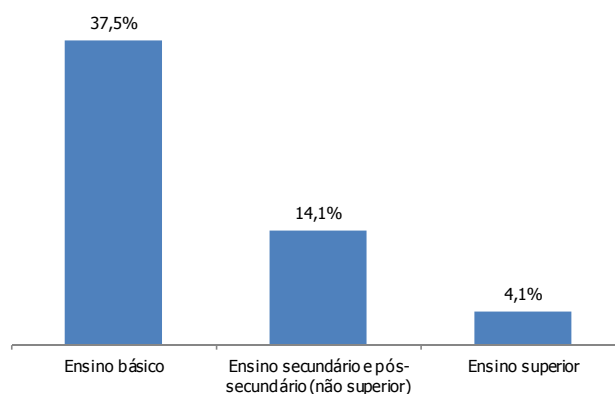


A nível da UE27 as taxas de risco de pobreza estimadas para os agregados constituídos por dois adultos com três ou mais crianças e por um adulto com pelo menos uma criança dependente são inferiores às registadas em Portugal: 26,8% e 31,8% em 2012.

O risco de pobreza para a população infantil diminui com o nível de escolaridade dos pais

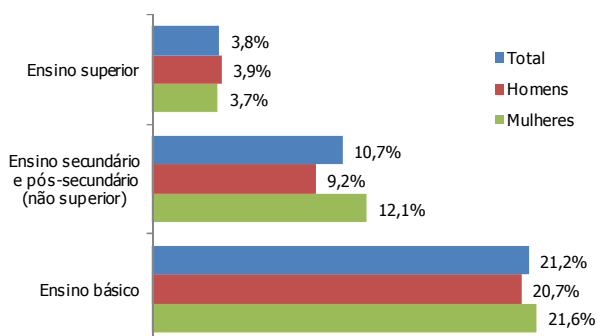
Em 2012, 37,5% das crianças com pais que tinham completado no máximo o ensino básico estavam em risco de pobreza. O risco de pobreza para as/os menores de 18 anos diminuía com o aumento do nível de escolaridade completado pelos pais, sendo de 14,1% quando os pais concluíram o ensino secundário ou pós-secundário (não superior) e 4,1% quando os pais possuíam habilitações académicas de nível superior.

Taxa de risco de pobreza dos 0 aos 17 anos por nível de escolaridade completo dos pais, Portugal, EU-SILC 2013



Esta condição está alinhada com o facto de, em média, o risco de pobreza para população adulta diminuir com o aumento do nível de escolaridade. O risco de pobreza de um detentor de habilitações ao nível do ensino secundário ou superior é cerca de metade do risco enfrentado por alguém que detém habilitações académicas inferiores ao ensino secundário: em 2012 aquela diferença ultrapassava os 10 p.p. (10,7% e 21,2%, respetivamente).

Taxa de risco de pobreza segundo o sexo, Portugal, EU-SILC 2013



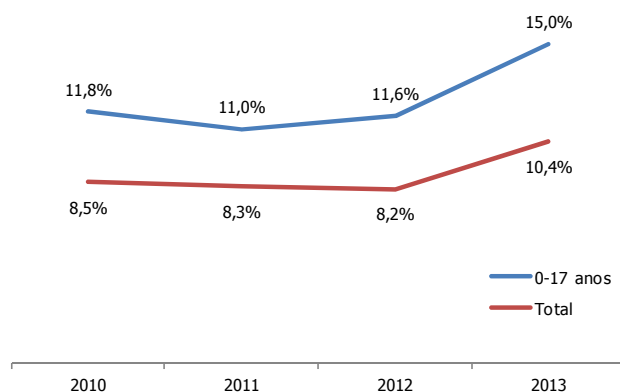
Por outro lado, este distanciamento é mais acentuado para as mulheres. Para estas o risco de pobreza é em geral superior ao dos homens; contudo as mulheres que concluíram o ensino superior registam um risco de pobreza ligeiramente inferior ao dos homens com as mesmas habilitações académicas (3,7% e 3,9% em 2012).

A pobreza consistente atingia 15% das crianças em 2013

A análise da pobreza consistente associa o risco de pobreza calculado com base na distribuição do rendimento disponível por adulto equivalente e o indicador de privação material definido no quadro do EU-SILC, visando obter a proporção de pessoas que se encontram simultaneamente em risco de pobreza e em situação de privação material².

Em 2013, mais de 1/4 da população residente em Portugal encontrava-se em privação material³. O risco aumentava para as/os menores, com 29,2% em privação material.

Pobreza consistente, Portugal, EU-SILC 2010-2013



A proporção de população em pobreza consistente (ou seja, simultaneamente em risco de pobreza e privação material) era de 10,4% em 2013, contrariando a tendência de ligeira descida que vinha a verificar-se desde 2010 (8,5% em 2010, 8,3% em 2011 e 8,2% em 2012).

Para a população infantil, em 2013 este indicador apresentava um valor superior em quase 5 p.p. face à restante população: 15,0% das pessoas com menos de 18 anos encontravam-se em pobreza consistente, percentagem superior à observada nos três anos imediatamente anteriores (11,8% em 2010, 11,0% em 2011 e 11,6% em 2012).

² De acordo com a estrutura metodológica do Inquérito às Condições de Vida e Rendimento, o indicador anual de pobreza consistente compara os indivíduos que referem a existência de privação material no momento da entrevista com os indivíduos em risco de pobreza no ano anterior (ou seja, com o ano de referência dos rendimentos recolhidos).

³ Os indicadores de privação material baseiam-se num conjunto de nove itens relacionados com as necessidades económicas e de bens duráveis das famílias, cujo elenco se encontra na nota metodológica. Para efeitos do presente destaque são apresentados o indicador geral de privação material, que corresponde às situações em que não existe acesso a pelo menos três de nove itens e o indicador de privação material severa, que corresponde às situações em que não existe acesso a pelo menos quatro de nove itens.

As crianças foram as mais afetadas pelo aumento da pobreza ou exclusão social

A estratégia Europa 2020 monitoriza anualmente o indicador relativo à população em risco de pobreza ou exclusão social, que conjuga os conceitos de risco de pobreza relativa e de situação de privação material severa, com o conceito de intensidade laboral *per capita* muito reduzida⁴.

De acordo com o inquérito realizado em 2013, a proporção da população em risco de pobreza ou exclusão social – pessoas em risco de pobreza (18,7%) ou vivendo em agregados com intensidade laboral *per capita* muito reduzida (12,2%) ou em situação de privação material severa (10,9%) – era de 27,4%, constatando-se um aumento superior a 2 p.p. face ao valor de 25,3% no ano anterior.

O risco de pobreza ou exclusão social para as/os menores de 18 anos foi, entre 2010 e 2013, sempre superior ao verificado para o total da população, sendo aquela diferença de 4,2 p.p. em 2013. Por outro lado, foi também para a população infantil que se registou, entre 2012 e 2013, o maior aumento do risco de pobreza ou exclusão social, de 3,8 p.p. (27,8% em 2012 e 31,6% em 2013).

⁴ Consideram-se em intensidade laboral muito reduzida todas as pessoas com menos de 60 anos que, no período de referência do rendimento, viviam em agregados familiares em que as/os adultas/os entre os 18 e os 59 anos (excluindo estudantes) trabalharam em média menos de 20% do tempo de trabalho possível.

Sobre a Linha de Pobreza ancorada no tempo

Uma vez que a taxa de risco de pobreza constitui um indicador que considera, por definição, apenas a distribuição do rendimento monetário líquido em cada ano, é, assim, condicionada pelas alterações do rendimento mediano. A título complementar procedeu-se ao cálculo de uma linha de pobreza ancorada em 2009 e atualizada em 2010, 2011 e em 2012 com base na variação do índice de preços no consumidor. Com uma linha de pobreza ancorada em 2009 e atualizada em 2010, 2011 e em 2012, observa-se o aumento da proporção de pessoas em risco de pobreza: 17,9% em 2009, 19,6% em 2010, 21,3% em 2011 e 24,8% em 2012.

Linha de pobreza ancorada em 2009 e taxa de risco de pobreza (%), Portugal, EU-SILC 2010-2013

Ano de referência dos dados	un.	2009	2010	2011	2012
Linha de pobreza a preços de 2009	€	5 207	5 280	5 473	5 624
Taxa de risco de pobreza					
Total	%	17,9	19,6	21,3	24,8
0-17 anos	%	22,4	23,9	26,1	30,9
18-64 anos	%	15,7	17,7	20,4	23,7
65 + anos	%	21,0	21,6	20,0	22,4
EU-SILC		2010	2011	2012	2013

EU-SILC: Inquérito às Condições de Vida e Rendimento

Situação análoga ocorre quando se observam os resultados para a população infantil: em 2012, aquela apresentava um risco de pobreza de 30,9%, agravando-se em 4,8 p.p. face ao ano anterior (26,1%). Com uma linha de pobreza ancorada em 2009 ter-se-ia, entre 2009 e 2012, um crescimento de 8,5 p.p. no risco de pobreza das/dos menores.

Anexos

Indicadores de pobreza segundo o sexo e grupo etário, Portugal, EU-SILC 2010-2013

Unidade: %

Ano de referência dos dados	2009				2010				2011				2012			
	Total	0-17 anos	18-64 anos	65 + anos	Total	0-17 anos	18-64 anos	65 + anos	Total	0-17 anos	18-64 anos	65 + anos	Total	0-17 anos	18-64 anos	65 + anos
Taxa de risco de pobreza (60% da mediana)																
Após transferências sociais ⁽¹⁾																
Total	17,9	22,4	15,7	21,0	18,0	22,4	16,2	20,0	17,9	21,8	16,9	17,4	18,7	24,4	18,4	14,6
Homens	17,3	24,9	15,0	17,5	17,6	23,8	15,7	18,0	17,5	22,4	16,4	16,1	18,8	24,6	18,5	13,7
Mulheres	18,4	19,8	16,4	23,5	18,4	20,9	16,7	21,4	18,2	21,1	17,4	18,4	18,6	24,2	18,3	15,2
Após transferências relativas a pensões ⁽²⁾																
Total	26,4	32,2	25,2	24,9	25,4	30,9	24,4	23,3	25,3	29,6	25,6	20,2	25,5	31,7	26,3	17,4
Homens	26,1	34,8	24,6	21,2	25,2	32,0	24,1	21,1	25,1	30,6	25,2	18,5	25,9	31,5	26,7	16,2
Mulheres	26,7	29,6	25,7	27,5	25,6	29,7	24,7	24,9	25,4	28,6	25,9	21,4	25,2	31,8	25,8	18,2
Taxa de intensidade da pobreza																
Total	22,7	24,8	25,7	15,9	23,2	25,1	25,9	11,0	24,1	26,9	26,9	11,4	27,3	33,1	31,2	13,4
Homens	23,1	25,4	25,7	12,7	23,4	23,4	26,2	9,5	25,3	28,8	28,1	10,4	28,4	32,7	31,6	12,0
Mulheres	22,6	24,7	25,7	17,3	23,0	28,1	25,0	13,0	23,2	26,8	26,8	12,0	27,0	33,9	30,6	13,5

⁽¹⁾ Inclui rendimentos do trabalho e outros rendimentos privados, pensões de velhice e sobrevivência e outras transferências sociais

⁽²⁾ Inclui rendimentos do trabalho e outros rendimentos privados, pensões de velhice e sobrevivência

EU-SILC: Inquérito às Condições de Vida e Rendimento

Indicadores de pobreza segundo o sexo e grupo etário, segundo o sexo e grupo etário, UE27, EU-SILC 2010-2013

Unidade: %

Ano de referência dos dados	2009				2010				2011				2012 ("E)			
	Total	0-17 anos	18-64 anos	65 + anos	Total	0-17 anos	18-64 anos	65 + anos	Total	0-17 anos	18-64 anos	65 + anos	Total	0-17 anos	18-64 anos	65 + anos
Taxa de risco de pobreza (60% da mediana)																
Após transferências sociais ⁽¹⁾																
Total	16,4	20,8	15,3	15,7	16,9	20,8	16,0	15,8	16,9	20,7	16,4	14,5	16,6	20,3	16,4	13,7
Homens	15,7	20,5	14,9	12,7	16,1	20,5	15,5	13,1	16,3	20,3	16,1	12,1	16,1	20,2	16,0	11,4
Mulheres	17,1	21,0	15,7	18,0	17,6	21,0	16,6	17,9	17,5	21,1	16,8	16,3	17,2	20,4	16,8	15,5
Após transferências relativas a pensões ⁽²⁾																
Total	25,9	35,2	24,9	19,5	26,3	35,0	25,5	19,5	25,7	34,1	25,4	17,9	25,8	34,6	25,7	17,0
Homens	25,1	34,7	24,2	16,2	25,5	34,9	24,7	16,3	25,0	34,0	24,7	14,9	25,1	34,1	25,0	14,3
Mulheres	26,7	35,6	25,6	22,1	27,0	35,1	26,3	21,9	26,4	34,2	26,1	20,3	26,5	35,0	26,3	19,2
Taxa de intensidade da pobreza																
Total	23,4	23,9	25,6	16,3	23,3	24,4	25,9	16,7	23,4	23,7	25,8	15,8	23,8	25,2	25,7	15,7
Homens	24,2	23,4	26,4	16,0	24,5	24,3	26,7	16,3	24,4	24,0	26,6	15,9	24,5	25,2	26,5	15,7
Mulheres	22,4	24,6	24,9	16,4	22,5	24,7	24,9	16,9	22,5	23,6	25,0	15,9	23,1	25,3	25,1	16,0
EU-SILC	2010				2011				2012				2013 ("E)			

*E - Dado estimado pelo Eurostat

⁽¹⁾ Inclui rendimentos do trabalho e outros rendimentos privados, pensões de velhice e sobrevivência e outras transferências sociais

⁽²⁾ Inclui rendimentos do trabalho e outros rendimentos privados, pensões de velhice e sobrevivência

Eurostat, EU-SILC

Taxa de risco de pobreza (60% da mediana) após transferências sociais, por composição do agregado familiar, Portugal, EU-SILC 2010-2013

Unidade: %

Ano de referência dos dados	2009	2010	2011	2012
Total, sem crianças dependentes	16,5	15,8	15,2	15,0
1 adulto sem crianças	30,1	27,5	24,2	21,9
<i>1 adulto com menos de 65 anos, sem crianças</i>	<i>22,2</i>	<i>23,2</i>	<i>20,7</i>	<i>22,3</i>
<i>1 adulto com 65 + anos, sem crianças</i>	<i>34,9</i>	<i>30,1</i>	<i>26,6</i>	<i>21,6</i>
2 adultos ambos c/ menos de 65 anos, sem crianças	16,6	16,2	16,6	17,0
2 adultos, pelo menos 1 c/ 65 + anos, sem crianças	20,3	19,5	16,5	13,4
Outros agregados, sem crianças	9,1	9,1	10,1	12,0
Total, com crianças dependentes	19,1	20,1	20,5	22,2
1 adulto c/ pelo menos 1 criança	37,0	27,9	30,7	33,1
2 adultos com 1 criança	12,6	15,6	16,2	16,0
2 adultos com 2 crianças	17,1	19,8	17,0	19,8
2 adultos com 3 + crianças	33,2	34,5	41,2	40,4
Outros agregados, com crianças	20,7	19,5	22,5	23,8
EU-SILC	2010	2011	2012	2013

Nota: são consideradas "crianças dependentes" todos os indivíduos com menos de 18 anos, bem como os indivíduos entre 18 e 24 anos economicamente dependentes.

EU-SILC: Inquérito às Condições de Vida e Rendimento

Taxa de risco de pobreza (60% da mediana) após transferências sociais, por composição do agregado familiar, UE27, EU-SILC 2010-2013

Unidade: %

Ano de referência dos dados	2009	2010	2011	2012 ("E")
Total, sem crianças dependentes	14,4	15,0	14,9	14,6
1 adulto sem crianças	24,9	25,6	25,3	24,9
<i>1 adulto com menos de 65 anos, sem crianças</i>	<i>25,9</i>	<i>27,1</i>	<i>27,6</i>	<i>27,5</i>
<i>1 adulto com 65 + anos, sem crianças</i>	<i>23,4</i>	<i>23,4</i>	<i>21,9</i>	<i>21,2</i>
2 adultos ambos c/ menos de 65 anos, sem crianças	10,4	11,0	11,1	11,1
2 adultos, pelo menos 1 c/ 65 + anos, sem crianças	12,3	12,4	11,3	10,3
Outros agregados, sem crianças	9,0	9,8	10,7	10,5
Total, com crianças dependentes	18,4	18,7	18,9	18,7
1 adulto c/ pelo menos 1 criança	36,7	34,6	33,4	31,8
2 adultos com 1 criança	11,8	12,6	13,2	12,8
2 adultos com 2 crianças	14,8	15,7	15,2	14,2
2 adultos com 3 + crianças	26,3	25,4	25,5	26,8
Outros agregados, com crianças	18,3	19,5	20,9	21,6
EU-SILC	2010	2011	2012	2013 ("E")

*E - Dado estimado pelo Eurostat

Nota: são consideradas "crianças dependentes" todos os indivíduos com menos de 18 anos, bem como os indivíduos entre 18 e 24 anos economicamente dependentes.

Eurostat, EU-SILC

Taxa de risco de pobreza, taxa de privação material e pobreza consistente segundo o sexo e grupo etário, Portugal, EU-SILC 2010-2013

Unidade: %

Ano do inquérito	2010				2011				2012				2013			
	Total	0-17 anos	18-64 anos	65 + anos	Total	0-17 anos	18-64 anos	65 + anos	Total	0-17 anos	18-64 anos	65 + anos	Total	0-17 anos	18-64 anos	65 + anos
Taxa de risco de pobreza (60% da mediana)																
Total	17,9	22,4	15,7	21,0	18,0	22,4	16,2	20,0	17,9	21,8	16,9	17,4	18,7	24,4	18,4	14,6
Homens	17,3	24,9	15,0	17,5	17,6	23,8	15,7	18,0	17,5	22,4	16,4	16,1	18,8	24,6	18,5	13,7
Mulheres	18,4	19,8	16,4	23,5	18,4	20,9	16,7	21,4	18,2	21,1	17,4	18,4	18,6	24,2	18,3	15,2
Taxa de privação material																
Total	22,5	27,5	20,5	24,4	20,9	25,2	19,5	21,3	21,8	24,4	21,2	21,7	25,5	29,2	25,2	23,1
Homens	21,9	27,6	20,4	21,0	20,1	23,5	19,7	17,7	21,5	25,1	21,3	18,1	25,3	30,4	25,2	20,1
Mulheres	22,9	27,3	20,5	26,8	21,6	27,0	19,3	23,9	22,2	23,7	21,0	24,3	25,6	27,9	25,2	25,2
Pobreza consistente																
Total	8,5	11,8	7,1	9,9	8,3	11,0	7,4	8,5	8,2	11,6	7,6	7,1	10,4	15,0	10,2	6,8
Homens	8,3	13,4	6,9	8,0	7,8	10,7	7,3	6,5	8,0	13,0	7,2	5,6	10,5	15,2	10,3	5,8
Mulheres	8,6	10,1	7,3	11,3	8,7	11,3	7,5	10,0	8,4	10,2	7,9	8,3	10,3	14,9	10,0	7,5
EU-SILC	2010				2011				2012				2013			

EU-SILC: Inquérito às Condições de Vida e Rendimento

População em risco de pobreza ou exclusão social, segundo o sexo e grupo etário, Portugal, EU-SILC 2010-2013

Unidade: %

Ano do inquérito	2010				2011				2012				2013			
	Total	0-17 anos	18-64 anos	65 + anos	Total	0-17 anos	18-64 anos	65 + anos	Total	0-17 anos	18-64 anos	65 + anos	Total	0-17 anos	18-64 anos	65 + anos
Total	25,3	28,7	24,1	26,1	24,4	28,6	23,2	24,5	25,3	27,8	25,6	22,2	27,4	31,6	28,5	20,3
Homens	24,8	31,7	23,4	22,3	23,8	29,4	22,6	21,9	24,6	27,6	25,0	19,7	27,4	32,2	28,4	18,3
Mulheres	25,8	25,4	24,8	28,9	25,1	27,8	23,9	26,4	25,9	27,9	26,1	24,0	27,4	31,0	28,5	21,6
EU-SILC	2010				2011				2012				2013			

Nota: O indicador População em risco de pobreza ou exclusão social combina indicadores construídos com base em informação relativa ao ano de referência do rendimento (Taxa de risco de pobreza e Intensidade laboral per capita muito reduzida) com um indicador com informação relativa ao ano do inquérito (Taxa de privação material severa).

EU-SILC: Inquérito às Condições de Vida e Rendimento

Nota metodológica

Os indicadores apresentados neste destaque foram construídos com base no rendimento monetário anual líquido das famílias do ano anterior. Excluem-se, assim, outras fontes de rendimento, nomeadamente o salário em géneros, o autoconsumo, o autoabastecimento e a autolocação.

De forma a refletir as diferenças na dimensão e composição das famílias, o rendimento líquido foi transformado em rendimento por adulto equivalente, utilizando a escala de equivalência modificada da OCDE. O rendimento por adulto equivalente é obtido dividindo o rendimento líquido de cada família pela sua dimensão em número de adultos equivalentes e o seu valor atribuído a cada membro da família.

Escala de equivalência modificada da OCDE: esta escala atribui um peso de 1 ao primeiro adulto de um agregado; 0,5 aos restantes adultos e 0,3 a cada criança, dentro de cada agregado. A utilização desta escala permite ter em conta as diferenças na dimensão e composição dos agregados.

Intensidade laboral *per capita* muito reduzida: consideram-se em intensidade laboral *per capita* muito reduzida todos os indivíduos com menos de 60 anos que, no período de referência do rendimento, viviam em agregados familiares em que os adultos entre os 18 e os 59 anos (excluindo estudantes) trabalharam em média menos de 20% do tempo de trabalho possível.

Linha de pobreza: limiar do rendimento abaixo do qual se considera que uma família se encontra em risco de pobreza. Este valor foi convencionado pela Comissão Europeia como sendo o correspondente a 60% da mediana do rendimento por adulto equivalente de cada país.

População em risco de pobreza ou exclusão social: indivíduos em risco de pobreza ou vivendo em agregados com intensidade laboral *per capita* muito reduzida ou em situação de privação material severa.

Rendimento equivalente: resultado obtido pela divisão do rendimento de cada agregado pela sua dimensão em termos de "adultos equivalentes", utilizando a escala de equivalência modificada da OCDE. Nota: "Adultos equivalentes" é uma unidade de medida da dimensão dos agregados que resulta da aplicação da escala modificada da OCDE.

Rendimento monetário líquido: rendimento monetário obtido pelos agregados e por cada um dos seus membros, proveniente do trabalho (trabalho por conta de outrem e por conta própria), de outros rendimentos privados (rendimentos de capital, propriedade e transferências privadas), das pensões e outras transferências sociais, após dedução dos impostos devidos e das contribuições para a segurança social.

Taxa de intensidade da pobreza (*Relative at risk of poverty gap*): corresponde ao quociente entre a diferença do limiar de pobreza e o rendimento mediano dos indivíduos em risco de pobreza relativamente ao limiar de pobreza, em percentagem.

Taxa de privação material: corresponde à proporção da população em que se verificam pelo menos três das seguintes nove dificuldades – a) Sem capacidade para assegurar o pagamento imediato de uma despesa inesperada próxima do valor mensal da linha de pobreza (sem recorrer a empréstimo); b) Sem capacidade para pagar uma semana de férias, por ano, fora de casa, suportando a despesa de alojamento e viagem para todos os membros do agregado; c) Atraso, motivado por dificuldades económicas, em algum dos pagamentos regulares relativos a rendas, prestações de crédito ou despesas correntes da residência principal, ou outras despesas não relacionadas com a residência principal; d) Sem capacidade financeira para ter uma refeição de carne ou de peixe (ou equivalente vegetariano), pelo menos de 2 em 2 dias; e) Sem capacidade financeira para manter a casa adequadamente aquecida; f) Sem disponibilidade de máquina de lavar roupa por dificuldades económicas; g) Sem disponibilidade de televisão a cores por dificuldades económicas; h) Sem disponibilidade de telefone fixo ou telemóvel, por dificuldades económicas; i) Sem disponibilidade de automóvel (ligeiro de passageiros ou misto) por dificuldades económicas.

Taxa de privação material severa: corresponde à proporção da população em que se verificam pelo menos quatro das nove dificuldades descritas em *Taxa de privação material*.

Taxa de risco de pobreza: proporção da população cujo rendimento equivalente se encontra abaixo da linha de pobreza definida como 60% do rendimento mediano por adulto equivalente.

Transferências sociais (excluindo pensões): inclui os apoios à família, educação, habitação, doença/invalidez, desemprego, combate à exclusão social.

O Inquérito às Condições de Vida e Rendimento das Famílias (EU-SILC) é realizado em Portugal desde 2004, no quadro de legislação comunitária específica (Regulamento nº 1177/2003), que estabelece um sistema comunitário harmonizado de produção de estatísticas sobre a pobreza, privação e exclusão social.

Em Portugal, a informação é recolhida com periodicidade anual através de entrevistas presenciais assistidas por computador (CAPI, ou *Computer Assisted Personal Interview* em inglês). O questionário incorpora perguntas sobre o agregado familiar e também sobre as características pessoais de cada membro, em particular sobre os rendimentos de todos os membros com 16 ou mais anos. Em 2013, o inquérito dirigiu-se a 7 374 famílias, das quais 6 491 com resposta completa (com recolha de dados sobre 16 422 pessoas; 13 988 com 16 e mais anos). A operação de recolha decorre normalmente entre maio e julho de cada ano.

A realização do inquérito visa a obtenção de resultados para o conjunto de todos os indivíduos que no período de referência residem no território nacional. Para o rendimento, este período de referência corresponde ao ano anterior àquele em que são realizadas as entrevistas.

Os agregados familiares são escolhidos por amostragem estratificada por conglomerados bietápica a partir da Amostra-Mãe, sendo assegurada a longitudinalidade da amostra e a limitação da carga estatística sobre os respondentes através do estabelecimento de um esquema de utilização anual de 4 subamostras independentes, com substituição de uma delas em cada ano. Assim, cada família responde no máximo a quatro entrevistas, e em cada ano visa-se a sobreposição de ¾ dos respondentes do ano anterior.

Considera-se a estratificação por NUTS nível II e a seleção aleatória de áreas da Amostra-Mãe na primeira etapa e, dentro destas, de 4 ou 5 alojamentos em cada área e subamostra (segunda etapa). São selecionados todos os indivíduos residentes nos alojamentos escolhidos. Em geral, cada subamostra contém cerca de 2 400 alojamentos.

Os resultados estimados são obtidos a partir dos ponderadores de agregado familiar e indivíduo, que permitem replicar as condições reportadas pelos respondentes para o conjunto de famílias residentes em Portugal e para os seus membros, de acordo com pressupostos de semelhança em termos de região, dimensão familiar, idade e sexo.